

A CONFERENCIA DE PAULO PORTAS E MARIA LUÍSA ALBUQUERQUE : uma operação de engano e de manipulação da opinião pública

A conferencia de imprensa realizada por Paulo Portas e pela ministra das Finanças Maria Luísa Albuquerque, em 3-10-2013, após a 8ª e 9ª avaliação da “troika”, foi uma autêntica repetição da conferencia dada por Sócrates e Teixeira dos Santos quando, em 11 de Maio de 2011, assinaram o “*Memorando de entendimento*” também com a troika: - falaram daquilo que não tinham negociado com a “troika”, e esconderam aos portugueses tudo aquilo que tinham aceite.

O engano e manipulação da opinião pública por Paulo Portas e Maria Luísa Albuquerque foi facilitados pelo facto dos jornalistas presentes na conferencia de imprensa não terem em seu poder e utilizado a carta enviado por Passos Coelho à “troika” (endereçada a Durão Barroso, Mario Draghi, e Christine Lagarde), em 3 Maio de 2013, após a 7ª avaliação da troika, onde o 1º ministro se comprometia a aplicar em 2013, mas também em 2014 e 2015, um violento programa de cortes brutais na despesa publica, com carater fortemente recessivo, e virado fundamentalmente contra os trabalhadores e pensionistas. Se os jornalistas tivessem procurado esclarecer (e teriam prestado certamente um bom serviço ao país e a uma informação objetiva) se os compromissos constantes dessa carta tomados pelo 1º ministro iriam ser aplicados em 2014, certamente a manipulação e o engano da opinião público por Paulo Portas e Maria Luísa Albuquerque teria sido certamente mais difícil. Aquilo que Portas mais falou – *Contribuição de sustentabilidade do sistema de pensões, a que ele chamou TSU dos pensionistas* – para enganar e manipular os portugueses, criando a sensação falsa que não se verificaria mais austeridade brutal em 2014, já nessa carta de 3 de Maio se dizia que era para não ser aplicada.

Recordemos então o “pacote” de austeridade para 2014 constantes da carta que Passos Coelho enviou à “troika” em 3 de Maio de 2013, após a 7ª avaliação da “troika”, cuja cópia juntamos em anexo, para conhecimento do leitor.

A DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS À POPULAÇÃO

A juntar ao aumento brutal de impostos verificado em 2013, que se manterá em 2014 (tabela de IRS fortemente regressiva; aumento significativo das taxas de IRS; cortes importantes das deduções no IRS; sobretaxa de IRS; Contribuição Extraordinária de Solidariedade, também conhecida por CES, etc., que reduziram significativamente o rendimento liquido disponível dos trabalhadores e pensionistas e que o governo quer manter em 2014); repetindo, para além do aumento brutal de impostos e dos cortes já significativos feitos na despesa pública em 2013, que o governo PSD/CDS quer manter em 2014, e que agravou significativamente as condições de vida e as dificuldades da maioria das famílias portuguesas, o governo PSD/CDS e “troika” pretendem, em 2014, fazer ainda mais cortes na despesa publica no montante de 3.879 milhões € os quais, a concretizarem-se, causarão um agravamento ainda maior das condições de vida dos trabalhadores e pensionistas pois provocarão a destruição de importantes serviços públicos. E esses cortes são os seguintes.

- Despedimentos e mobilidade especial na Função Pública **448 milhões €**
- Aumentos dos descontos para a ADSE, SAD e ADM, corte no trabalho extraordinário, aumento do horário de trabalho **520 milhões €**
- Cortes adicionais nos consumos intermédios da A. Publica **280 milhões €**
- Corte na Tabela de remuneração única na Função Pública **378 milhões €**
- Corte nos suplementos na Administração Pública **67 milhões €**
- Mais cortes de despesa com a educação **325 milhões €**
- Mais cortes na segurança social (prestações) **299 milhões €**
- Mais cortes na saúde **127 milhões €**
- Mais cortes na cultura **56 milhões €**
- Mais cortes em outros ministérios **320 milhões €**
- Corte de 10% nas pensões de aposentação (convergência)... **740 milhões €**
- Aumento da idade de reforma e aposentação **270 milhões €**

É evidente que o objetivo do governo PSD/CDS e da “troika” é destruir os serviços públicos essenciais – saúde, educação, segurança social, cultura, etc. – através de uma redução muito grande do número dos seus trabalhadores (sem trabalhadores não há serviços públicos que funcionem) e por meio também de um corte muito grande em outras despesas necessárias ao

funcionamento destes serviços essenciais. Muitos portugueses, se não estiverem atentos, poderão só se aperceber ao procurarem serviços de saúde para si e para família, serviços de educação para os seus filhos, e prestações sociais quando estiverem doentes, ou caírem no desemprego, ou já não tiverem idade e condições físicas para trabalhar; repetindo, só quando precisarem e isto acontecer e forem confrontados com a inexistência de serviços públicos essenciais é que verdadeiramente compreenderão as consequências, na sua vida, do violento ataque do governo e da “troika” aos trabalhadores da Função Pública e à Administração Pública. E nessa altura dramática pouco poderá ser feito para inverter esse autêntico processo de retrocesso social.

O anúncio feito por Paulo Portas de uma taxa extraordinário sobre os lucros excessivos das empresas de energia, assim como medidas para recuperar uma parte da elevada dívida ao Fisco e à Segurança Social, que atualmente ronda os 28.000 milhões €, que denunciámos em estudo anterior, são medidas com efeitos imediatos limitados. E isto porque, perante o poder dos grupos económicos de energia a que o governo tem dado apenas provas de completa submissão, certamente essa sobretaxa anunciada será meramente simbólica. E em relação à segunda matéria – cobrança da dívida de 28.000 milhões € – os resultados serão certamente também reduzidos pois, para se poder ter resultados, é necessário dispor de meios, nomeadamente humanos, e o que o governo tem feito é precisamente o contrário, através de um ataque violento aos direitos dos trabalhadores o que tem empurrado para a aposentação prematura os quadros mais qualificados e com maior experiência da Administração Fiscal.

A DESTRUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AGRAVARÁ AINDA MAIS AS DESIGUALDADES EM PORTUGAL E CRIARÁ MAIS OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Um instrumento importante para reduzir as desigualdades num país são os serviços públicos de saúde, educação, cultura e segurança social. E isto porque, na ausência desses serviços, as classes com menor poder de compra, que constituem a maioria da população, não têm meios para aceder a esses serviços essenciais a uma vida humana mais digna e ao desenvolvimentos das suas potencialidades.

São precisamente os serviços de público de saúde, educação, de cultura e de segurança social que, ao permitir o acesso generalizado esses serviços, mais contribuem para redução das desigualdades e para uma sociedade mais igualitária. O prémio Nobel da economia, Joseph Stiglitz, no seu livro recente “ *O prémio da desigualdade*”, utilizando o exemplo da sociedade americana e de outras sociedades, mostra com clareza que deficientes serviços públicos causam o aumento das desigualdades, as quais constituem um importante obstáculo ao crescimento económico e ao desenvolvimento de um país.

O governo e a “troika” ao pretenderem destruir os serviços públicos essenciais à população, como são a saúde, a educação, a segurança social, a cultura, etc., através do despedimento de milhares de trabalhadores que garantem o funcionamento desses serviços e por meio de cortes brutais em outras despesas também essenciais a esses serviços, causando o agravamento das desigualdades em Portugal, e criando assim também mais obstáculos ao crescimento económico e ao desenvolvimento do nosso país.

É evidente que um corte tão grande na despesa pública como aquele que o governo e “troika” pretendem impor ao nosso país, para além das consequências sociais dramáticas que inevitavelmente provocará, poderá determinar que o país mergulhe numa recessão económica mais profunda e prolongada do que aquela enfrenta, e matará à nascença qualquer tentativa de recuperação económica.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
4-10-2013

CARTA DE PASSOS COELHO ENVIADA À TROIKA APÓS A 7ª AVALIZAÇÃO EM QUE TOMAVA O COMPROMISSO DE APLICAR PACOTES VIOLENTOS DE AUSTERIDADE EM 2013, 2014 E 2015

Lisboa, 3 de Maio de 2013

José Manuel Durão Barroso
Mario Draghi
Christine Lagarde

Na nossa carta de 10 de Abril assumimos o compromisso de identificar medidas de consolidação orçamental para 2014 e 2015 no valor de aproximadamente 2,5% do PIB. Escrevo hoje para vos informar das decisões tomadas recentemente pelo Conselho de Ministros.

Ontem mesmo decidimos propor a consulta pública um conjunto de medidas neste âmbito (ver tabela anexa). O processo envolverá agora os partidos políticos representados na Assembleia da República, a sociedade civil e os parceiros sociais. A iniciativa do Governo cumpre de forma substantiva a “ação prévia” prevista para conclusão do sétimo exame regular do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal. De forma a permitir a construção do consenso, está previsto que algumas medidas sejam substituídas por outras de semelhante qualidade e efeito orçamental. Acresce que o valor global agora apresentado é superior ao necessário, dando-nos assim uma margem para diminuir a contribuição de sustentabilidade do sistema de pensões (sublinhado é nosso) caso sejamos bem sucedidos na obtenção de poupanças estruturais noutras áreas, nomeadamente nos consumos intermédios do Estado.

No contexto do sétimo exame regular, as equipas da CE, BCE e FMI tiveram oportunidade de analisar medidas potenciais semelhantes às agora apresentadas. Tal deverá facilitar a sua apreciação final. A especificação detalhada destas medidas continuará a ser discutida entre as equipas técnicas nos próximos dias.

As medidas agora apresentadas colocam Portugal num claro e credível caminho para contas públicas equilibradas e para a redução da dívida pública, assegurando assim o cumprimento das regras comunitárias de disciplina e estabilidade orçamentais. Em 2011 e 2012 Portugal reduziu a sua despesa primária de 48% para 42% do PIB. Para 2014 e 2015 queremos centrar o nosso ajustamento em medidas permanentes de redução de despesa pública.

Com base no nosso esforço e no apoio internacional seremos capazes de estabelecer acesso pleno aos mercados e assim concluir com sucesso o Programa de Assistência. Após o Programa, Portugal assegurará condições para um crescimento sustentado e gerador de emprego, dada a profundidade e abrangência de reformas empreendidas nos mercados de trabalho e de bens e serviços. A estabilidade futura será ainda reforçada através de mudanças profundas nas regras e procedimentos orçamentais.

Com os meus melhores cumprimentos,

Pedro Passos Coelho

TABELA DE CORTES ANEXA À CARTA ENVIADA POR PASSOS COELHO

Em Milhões €

Reforma do Estado/ Public Expenditure Review

	2013	2014	2015
Reforma do Estado e Reforma do Sistema de Pensões	728	4.318	4.788
Reforma do Estado			
Ajustar a dimensão da Administração Pública	728	1.304	1.658
Novas Reformas/ Aposentações	0	58	58
Desvinculações e Mobilidade Especial	50	418	394
Mobilidade Especial Top-up	7	46	0
Convergência regras de trabalho Público-Privado	164	520	688
ADSE, SAD e ADM	88	176	176
ADSE Top-up	0	60	60
Trabalho extraordinário	40	80	80
Semana de trabalho 40h	36	204	372
Fringe Benefits sector público	9	18	18
Cortes adicionais consumos Intermediários e segunda fase do PRIMAC	0	280	500
Ajustamento da política de remunerações da AP	0	418	418
Tabela de Remunerações Única	0	378	378
Tabela de Suplementos Única		67	67
Medidas Setoriais	608	1.100	1.278
Educação	106	325	325
Segurança Social	211	299	299
Economia	42	47	47
Economia (PPP e SEE)	50	100	200
Saúde	34	127	127
Justiça	9	59	59
Defesa	36	49	49
Agricultura, Mar e Ambiente	0	17	17
Representação Externa	4	19	19
Governança e Cultura	2	56	56
Administração Interna	0	2	29
Reforma do Sistema de Pensões			
Reforma do Sistema de Pensões	0	1.416	1.438
Convergência CGA	0	740	740
Aumento da idade de aposentação	0	270	282
Contribuição de sustentabilidade do sistema de pensões	0	436	436

NOTA: Como este quadro está pouco legível quem quiser o original agradeço que peçam por e.mail